



3264 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA PARAENSE: PERSPECTIVAS E IMPASSES

Joana Carmen do Nascimento Machado - UFPA - Universidade Federal do Pará

Salomão Antônio Mufarrej Hage - UFPA - Universidade Federal do Pará

Ricardo Augusto Gomes Pereira - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/UFPA/ ICED

O território é o elemento fundante da constituição social dos quilombolas, a escola dentro desse território deve refletir o lugar de guarda a memória, tradições e costumes desses sujeitos. A Educação Escolar Quilombola é o projeto transgressor dos movimentos negro e quilombola que rejeitaram o projeto de escolarização que não levava em consideração as diferentes formas de se educar no quilombo. O objetivo do presente trabalho é debater a EQ no Estado do Pará, apresentando a perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo, assim como as estratégias no interior dos movimentos negro e quilombola para o seu estabelecimento, entendendo a Educação do Quilombo, que diz respeito à concepção do lugar como educativo, por meio de seus simbolismos e práticas de resistência e Educação no quilombo, que diz respeito ao lugar de abrigo dessa concepção, a escola. Para tantos, utilizaremos relatórios disponibilizados pelo movimento social negro no âmbito do Estado do Pará, assim como entrevistas realizadas com militantes desses movimentos e professores quilombolas sistematizadas no âmbito do Grupo de Pesquisas em Educação do Campo-GEPERUAZ/ICED/UFPA, e para colaborar com o debate, traremos indicadores educacionais sobre a referida modalidade que apontam que a EQ é um direito ainda não efetivado.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA PARAENSE: PERSPECTIVAS E IMPASSES

RESUMO

O território é o elemento fundante da constituição social dos quilombolas, a escola dentro desse território deve refletir o lugar de guarda a memória, tradições e costumes desses sujeitos. A Educação Escolar Quilombola é o projeto transgressor dos movimentos negro e quilombola que rejeitaram o projeto de escolarização que não levava em consideração as diferentes formas de se educar no quilombo. O objetivo do presente trabalho é debater a EQ no Estado do Pará, apresentando a perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo, assim como as estratégias no interior dos movimentos negro e quilombola para o seu estabelecimento, entendendo a Educação do Quilombo, que diz respeito à concepção do lugar como educativo, por meio de seus simbolismos e práticas de resistência e Educação no quilombo, que diz respeito ao lugar de abrigo dessa concepção, a escola. Para tantos, utilizaremos relatórios disponibilizados pelo movimento social negro no âmbito do Estado do Pará, assim como entrevistas realizadas com militantes desses movimentos e professores quilombolas sistematizadas no âmbito do Grupo de Pesquisas em Educação do Campo-GEPERUAZ/ICED/UFPA, e para colaborar com o debate, traremos indicadores educacionais sobre a referida modalidade que apontam que a EQ é um direito ainda não efetivado.

Palavras chave: Educação Quilombola. Movimento negro e quilombola. Educação. Indicadores

INTRODUÇÃO

Fruto da luta do movimento social negro e quilombola, em 2012 a Educação Escolar Quilombola, foi tornada uma modalidade de ensino da Educação Básica brasileira, por meio da Resolução nº 08/2012-CNE/CEB, cuja finalidade é assegurar que o processo de escolarização dos quilombolas seja organizado levando em conta as territorialidades específicas que estruturam o modo de ser desses sujeitos, isto porque a matriz educativa nacional durante muito tempo operou em nível do apagamento e até mesmo da negação dos processos pelos quais, os escravizados africanos e seus descendentes lutaram contra o regime opressor e estruturaram em torno dessas lutas a base da tomada de consciência política sobre as "brutais pedagogias de subalternização" a que são submetidos até os dias atuais.

Contrariando tal lógica de subalternização, os sujeitos sociais recuperaram Palmares, o quilombo que sobreviveu por mais de um século num período pleno do regime escravista no Brasil, o qual se constituiu, segundo alguns historiadores, como sendo um primeiro território socialista do Continente Americano e junto com Quilombo de Palmares um herói, Zumbi de Palmares, um grande estrategista. Tomando por base as narrativas próprias, o movimento negro aponta " com que pedagogias resistem e se afirmam existentes ao longo dessa história" (ARROYO, 2014,p.37) e trazem ao centro do debate esse herói que será o símbolo de luta do movimento negro, marcando inclusive o dia da morte de Zumbi, 20 de novembro como dia da Consciência Negra em oposição ao 13 de maio, tornando este, o dia nacional de denúncia do racismo, uma vez que é gritante o nível de desigualdade social entre brancos e negros no Brasil. Como estratégia pedagógica de afirmação de identidade e, sobretudo como forma de reparação aos danos causados pela escravidão, hoje o 20 de novembro está inscrito na legislação educacional brasileira, por meio da lei 10.639/03 como todo simbolismo em torno dele.

Oficialmente a EQ, começa a ser desenhada com o estabelecimento das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais, que orientam tratar a temática quilombola dentro do ensino da História Afro-Brasileira como elemento organizativo da resistência do povo negro:

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro.(BRASIL, 2003,p.21)

Porém, as DCNERER não tratam das especificidades educativas dos quilombolas, no que concernem, ao tempo, formas de aprendizagens, o trabalho, as diferentes formas de ocupação dos territórios, enfim não tratam do lugar educativo a partir dos sujeitos e com os sujeitos, ainda que dialeticamente se relacione a eles. Na emergência da questão que envolvia o estabelecimento de políticas específicas que dessem conta de atender a demanda das comunidades quilombolas, na Conferência Nacional de Educação de 2010 é aprovado então a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de ensino da Educação Básica Brasileira, regulamentada em 20 de novembro de 2012, por meio da Resolução nº08/2012-CNE/CEB.

O objetivo do presente trabalho é trazer um debate acerca da EQ no Estado do Pará, quais as perspectivas dos sujeitos envolvidos no processo,

assim como as estratégias no interior dos movimentos para o estabelecimento da mesma e os impasses quanto à garantia do direito a educação. Assim demarcamos a EQ em dois eixos, a Educação do e no quilombo.

Neste sentido, um elemento a ser considerado no processo escolar quilombola em nível local, consiste em pensar a Amazônia no contexto da enorme diversidade de sujeitos e culturas que a compõe, pensar uma Amazônia Negra tem causado enormes impactos ao pensamento que produziu o apagamento da matriz africana e sua participação efetiva na formação e desenvolvimento do Território Amazônico, como afirma SALLES (1998, p.93) "Na Amazônia, contudo, a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída e até negada, no conjunto de seus valores constitutivos", isto porque as imagens e conceitos produzidos em relação à Amazônia ficam esterilizadas na "visão externa a região, homogeneizadora, que a vê somente como natureza, como floresta, como atrasada, como reserva de recursos" (Gonçalves, 2015, p.12), sem levar em consideração que dentro dessa floresta tem gente e gente capaz de se relacionar com essa natureza e que por meio dessa se constituem enquanto grupos e/ou sociedades autônomas, livres e organizadas.

Localizar o Estado do Pará nesta complexa e diversa Amazônia, também requer um exercício de desconstrução dos conceitos produzidos sobre o Estado e a presença africana na composição e desenvolvimento do mesmo. Prioritariamente localizamos essa presença africana na Amazônia Paraense por meio dos primeiros territórios de resistência e notadamente o local de manutenção de costumes, tradições e cosmologias africanas, o quilombo. Isto porque, em pleno século XVIII, quando a crônica da escravidão ainda não havia revelado a existência de numerosa escravaria no Pará, já há notícias de quilombos e medidas tomadas para destruí-los (SALLES, 1998, p.238).

Com estratégia de coibição à formação de novos quilombos, havia prêmios para o aprisionamento de escravos, como pode ser verificado no quadro 01 a seguir:

Quadro 01: Prêmios concedidos pelo aprisionamento de escravos.

Locais	1851	1852	1865
a) Apreensão no povoado	3 mil	10 mil	---
b) Em matas e lugares ermos	8 mil	20 mil	---
c) Quilombos/Mocambos	25 mil	50 mil	150 mil
d) Indicação confirmada de quilombos	---	200 mil	500 mil

Fonte: Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM/UFPa) – Nilma Bentes (2014)

Como pode ser observado no quadro 01, há considerável aumento no valor do "prêmio" a ser pago pela captura e denúncia de agrupamentos negros com o passar dos anos, o que entendemos como forte indício de que, mesmo com a adoção de tal estratégia, houve intensificação de formação de quilombos/mocambos, o que evidencia que o projeto dos quilombolas foi mais eficiente, na medida em que,

O negro aprendeu a se organizar. Chegou o momento em que a fuga não era mais uma aventura com resultados indefinidos [...] Organizada a fuga, os quilombos cresceram rapidamente, pois eram o principal foco de atração dos negros escapados das cidades e fazendas (SALLES, 1971, p.111-112).

Os agrupamentos quilombolas compunham o repertório de lutas em favor da abolição da escravatura e quando juridicamente esta foi estabelecida muitos desses agrupamentos continuaram, outros foram formados, e passaram a ser identificados como "terras de preto" ou "comunidades negras rurais". No processo de redemocratização do estado brasileiro, as discussões em torno da reforma agrária ganham força, mediante os intensos debates provocados pelos movimentos sociais, é quando a questão das "Comunidades Negras Rurais" vem à tona, impulsionada pelo acúmulo de discussões realizadas em quatro encontros dessas comunidades, os "Encontros Raízes Negras". O primeiro encontro foi realizado em 1985 no Quilombo do Pacoval, no município de Alenquer-PA, cujo tema era: "Do entrelaçar de nossas diferentes raízes, brota o rebento da esperança". O tema trás reflexões sobre as diferentes formas de ocupação e modo de relação com a terra, daí ser necessário se ter um projeto de reforma agrária discutindo as especificidades dos territórios. Em 1988 tem-se a aprovação da nova Constituinte, nela o Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

O segundo encontro foi realizado no Quilombo do Jaury, Município de Oriximiná-PA, em 1989, neste encontro se discutiu o marco legal e seus desdobramentos, sobre forte desconfiança de que não se chagaria a plenitude do direito constitucionais atribuídos, pois o Estado Brasileiro burocratizou a titulação das terras, o que ocasionou na realização do terceiro encontro na Comunidade Quilombola Silêncio, Município de Óbidos-PA, em 1990, o tema era "Quilombo ontem, hoje e amanhã: resistência, bem estar e organização", cujo objetivo era fortalecer e intensificar a luta, com vistas a agilização do processo de titulação das terras quilombolas. No ano seguinte mais um encontro foi realizado, desta vez no quilombo de Tapajem, município de Oriximiná-PA, pois o Estado ainda mantinha-se omissivo no tocante a titulação das terras, as quais passaram a ser tituladas a parti de 1995.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares existem 523 comunidades quilombolas certificadas no Estado do Pará, dessas, somente 153 tem título definitivo de posse das terras, conforme demonstrado no quadro 02 a seguir.

Quadro 02: Quantidade de terras quilombolas tituladas por ano

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005
01	02	07	01	01	26	33	11	03	03
2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2018
06	01	16	14	11	01	08	01	02	04
TOTAL GERAL 153									

Fonte: ITERPA – Elaboração do Quadro feita por Machado (2018).

Trazer esta memória é de fundamental importância para entendermos que não há como tratar de EQ, sem tratar dos processos constitutivos da territorialidade quilombola como bem apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar na Educação Básica-DCNEEQ:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.(BRASIL, 2012, p. 8).

Isto porque, esta memória alimenta os processos de resistências, pelos quais os sujeitos se declaram sujeitos de direitos, portanto, a memória da terra vem trazer para a centralidade do processo educativo dos quilombolas o currículo oculto-presente- transgressor, que amplia o sentido da educação para além da formalidade escolar, uma vez que abriga sentidos subjetivos e marcantes para os indivíduos envolvidos (SANTANA, 2005,p. 121) .

Neste trabalho, abordaremos a EQ no entendimento de que as lutas coletivas continuam sendo a alternativa de que os subalternizados dispõe para afirmarem suas identidades culturais (BACKES; NASCIMENTO, 2007,p.26), fazendo uma breve contextualização da luta do movimento negro e quilombola paraense para o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola e a partir de dados estatísticos coletados junto ao EDUCACENSO 2017 de maneira a discutir o panorama atual da referida modalidade de ensino.

A MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA NA ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO ESTADO.

Para Nilma Lino Gomes os movimentos sociais atuam como pedagogos na construção das relações sociais e políticas, ou seja, o movimento é educador. A referida autora afirma ainda que,

Muito do que sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel da negra e do negro no Brasil, as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos das relações raciais e as questões da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistêmico e político devido à forte atuação do Movimento Negro (GOMES, 2017, p.17).

Com efeito, antes mesmo da alteração do Art. 26 da LDB pela Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatória a inclusão da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no âmbito da Educação Básica, o movimento negro paraense, mais especificamente o Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará – CEDENPA articulou junto a SEDUC/PA a criação da Seção Técnica e Pedagógica de Relações Raciais, em 2002, para tratar da questão da inclusão da temática da Educação das Relações Etnicorraciais-ERER, como forma de combate ao racismo nas escolas. Esta Seção, para o movimento negro, foi estratégica no processo de titulação de terras quilombolas, no sentido do fortalecimento da construção coletiva da identidade quilombola no momento da organização das associações e discussões sobre o direito coletivo a terra, pois promoveu uma formação de professores que atuavam em escolas quilombolas em articulação com o Programa Raízes da Secretaria de Justiça e Recursos Humanos do Estado – SEJUDH/PA, criado por meio do Decreto nº4.054/2000, que tinha por objetivo:

dinamizar as ações de regularização do domínio das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos e implantar medidas socioeconômicas, ambientais, culturais e de apoio às atividades de educação e de saúde que favoreçam o desenvolvimento dessas comunidades e das sociedades indígenas no Estado do Pará.(PARÁ, 2000)

Segundo o professor Amilton Sá Barretto, coordenador à época da Seção e também militante do movimento negro, a Formação de Professores em áreas quilombolas objetivava fortalecer a identidade quilombola trazendo para o debate formativo a necessidade de aprender e ensinar por meio das lutas, memórias e saberes do lugar, como elemento basilar da consolidação dos territórios, recuperando a memória das discussões travadas nos Encontros “Raízes Negras”, em específico o de 1990, cujo tema era “Quilombo ontem, hoje e amanhã: resistência, bem estar e organização”, entendendo pois, que pensar uma educação do lugar não poderia estar desvinculado dos processos de luta e resistência vivenciadas por pelos sujeitos sociais.

Neste sentido, no período de 2004 a 2006 foram realizadas 28 formações, abrangendo 112 comunidades, 1.680 membros das comunidades e 17 professores, desses professores somente 5 eram quilombolas. Segundo o professor Amilton S. Barretto, a formação foi pensada para a escola, porém não descolada da experiência e conhecimento dos comunitários com relação ao território, a terra deles. A duração da formação era de 40h e os temas abordados eram: O Continente Africano, os africanos e os Afro-Brasileiros; Comunidades negras rurais e quilombolas atuais; Elaboração de material didático; Planejamento do uso da biblioteca itinerante do quilombo[1]. O atendimento era feito por meio da na multisérie, 1ª a 4ª série. Dos 28 municípios/pólo nos quais ocorram as formações, somente Abaetetuba, Moju ofertavam o fundamental maior nas comunidades, até 2004, nos demais municípios, para o estudante quilombola cursar a segunda etapa do ensino fundamental e o ensino médio, era necessário sair da comunidade.

Outro elemento dessa memória educativa do movimento negro e quilombola paraense em luta pelo direito a educação diferenciada e específica este contido na realização de 09 Encontros de Mulheres Negras Quilombolas, uma ação conjunta entre CEDEPA e Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - MALUNGU que traziam para o bojo das discussões e deliberações a questão da educação nas comunidades quilombolas, isto dado ao agravante quadro de mulheres quilombolas sem o Ensino Fundamental completo, daí denunciavam as quilombolas, “Mulher não é só para estar no fogão, ela também tem opinião, tem direito a educação. Por isso, espaços como esse são importantes para a libertação das mulheres”, argumente Luiza Bethânia Alcantara, mais conhecida como Beth quilombola, liderança da Comunidade de Mangueiras, município de Salvaterra-Marajó/ Pa. Dados contidos no relatório do V Encontro de Mulheres Negras Quilombolas/2008, realizado no Município de Inhangapí trazem elementos da precariedade da educação nas comunidades quilombolas participantes do evento, com o agravamento dessa precariedade nas comunidades quilombolas do Município de Baião e Salvaterra, como pode ser verificado no quadro 03 a seguir;

Quadro 03 – Atendimento educacional nas comunidades quilombolas

Município	Nº Comud. P/Município	Nº De Escolas	Atendimento por Escola	Nº De Alunos
Acará	02	01	02 - 1ª a 4ª – multisérie	38
Baião	04	02	01 - 1ª a 4ª – multisérie 01 - 1ª a 2ª – multisérie	98 25
Inhangapí	02	01	01 - 1ª a 4ª – multisérie	27
Moju	08	08	08 - 1ª a 4ª – multisérie 01 - 1ª a 4ª – multisérie	134 98
Salvaterra	05	05	02 – 1ª a 2ª – multisérie 01 – 1ª a 3ª – multisérie	48 25

Fonte: Relatórios dos Encontros de Mulheres Negras Quilombolas.Elaboração do Quadro feita por Machado (2018).

Como pode ser visto no quadro 03, o atendimento é todo feito na multisérie com um agravante nos municípios de Baião e Salvaterra que apresentam escolas com atendimento de 1ª a 2ª série, o que implica dizer que os estudantes dessas comunidades precisam sair de suas comunidades para cursar as séries subsequentes em outras comunidades. Outro problema verificado é a supressão de uma etapa imprescindível da vida escolar de crianças quilombolas, a educação infantil. A não oferta deste nível de ensino deixa fora da escola crianças nas idades entre de 0 à 5 anos, isto é, relega ao acaso a educação de uma das fases mais importantes de constituição dos sujeitos, a infância. A tensão entre o direito e o acesso a educação pautaram as discussões dos 09 encontros de Mulheres Negras Quilombolas do Estado do Pará, apontando para necessidade de superar estruturas excludentes que dificultam o acesso à educação, com definição de um processo educativo que afirme o lugar de produção do saber, conforme pode ser verificado no quadro 04 composto por falas de mulheres quilombolas que participavam dos referidos encontros.

Quadro 04- Concepção de Educação/por mulheres quilombolas

"A escola é importante, mas é mais importante ter respeito por nós. Os professores que dão aula pra gente não querem nem saber quem nós é. Querem encher, encher, encher o quadro de coisa que nós não entende" (ESTELITA – QUILOMBOLA DE DEUS AJUDE, 2008)

"Se as nossas coisas não são ensinadas pela professora, como o menino vai gosta de ir pra escola?" (JESUINA – QUILOMBOLA DE UMARIZAL, 2008)

"A escola começou na sala da minha casa" (ERINETE – QUILOMBOLA DE PAU FURADO, 2004)

"Não tinha quem fizesse os pequeno entender essa tal de potencia, até que eu pensei: um paineiro começa com 4 talas, depois mais 8, depois mais 16 e fica deste tamanho, ai eu pensei, isso é potência" (PROFESSORA VALDIRENE – QUILOMBOLA DE PUACE, 2010)

Fonte: Relatórios dos Encontros de Mulheres Negras Quilombolas. Elaboração do Quadro feita por Machado (2018).

As falas trazidas no quadro 04 apontam para o sentido do que seja educação para os quilombolas, que está para além das paredes da escola, está no sentido dialógico entre as forças favoráveis a pensar um processo educativo crítico, apontando para uma forma diferenciada de ensino por meio do qual e,

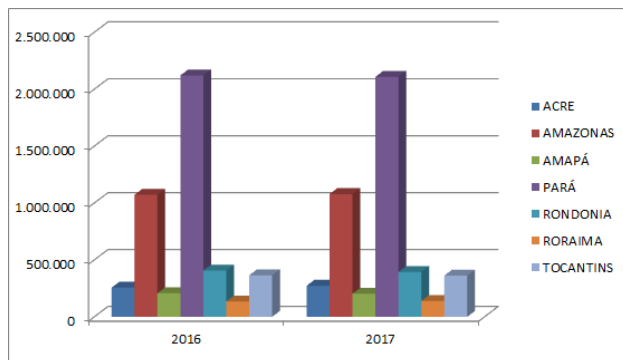
A partir do diálogo, entre instituições e comunidade quilombola, podem traçar novos caminhos, novas estruturas pedagógicas diferenciadas, na busca de sua autoafirmação. Pois é a partir da escola na e para as comunidades que se começa a discussão da inserção dos quilombos no cenário político, socioeconômico, antropológico, jurídico, cultural e espacial (FERREIRA; CASTILHO, 2014, p.17).

Assim podemos entender que os Encontros "Raízes Negras", a Formação de Professores em Áreas Quilombolas, os Encontros de Mulheres Negras Quilombolas, são os marcos do debate da Educação Quilombola no Estado do Pará, na forma que hoje se evidencia em nível da concepção de Educação no e do Quilombo, expressa no texto da Resolução 08/2012 CNE/CEB, o que afirma que "nossos passos vem de longe" e reafirma o lugar de protagonismo do movimento social negro e quilombola, nas especificidades demandadas pelos dois grupos, que não negam um ao outro, mas que conjugam frentes distintas, dentro de um projeto coletivo maior, assim rejeitam o lugar atribuído e definem as bases pelas quais educam e se educam, a voz antes silenciada de si, rompe o silêncio e afirma-se "existente, apesar de decretada sua inexistência" (ARROYO, p. 51, 2014). A EQ é, pois, um ato educativo crítico de tomada de consciência política dos sujeitos a quem se destina entendendo que para efetivação da mesma obstáculos se interpõe, uma vez que a concepção de educação no contexto do capital "interessa-se em conhecer os níveis de resistência e a forma que ela assume de modo a poder sufocar essa resistência" (FREIRE, p. 85, 1995), como pode ser verificado num panorama traçado sobre a EQ no Estado do Pará.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA ESTADO DO PARÁ

Dados do Censo Escolar 2017 apontam que dentre os Estados da Região Norte, o Estado do Pará apresenta o maior número de matrículas na Educação Básica, conforme demonstra o gráfico 01.

Gráfico 01 – Matrícula 2016-2017



Fonte: Censo Escolar 2017 – Elaboração Machado(2018)

O gráfico aponta que na passagem de 2016 para 2017, os Estados do Amapá, Rondônia e Pará apresentaram um decréscimo no número de matrículas, 2,1%, 2,88% e 0,58% respectivamente. Em que pese o percentual de queda de matrícula ser menor no Estado do Pará, com relação a Amapá e Rondônia, a perda é maior no Pará uma vez que ele apresenta um número maior de municípios e de escolas. Com efeito, ainda tendo por base os dados do Censo Escolar de 2017, a dependência administrativa que mais decresceu em relação ao número de matrícula foi a dependência Estadual de 611.508 em 2016 para 639.827 em 2017, enquanto a Federal passou de 11.302 em 2016 para 12.049 em 2017 e a Municipal de 1.498.132 em 2016 para 1.507.319 em 2017, impactando sobre maneira no Ensino Médio que caiu de 321.400 em 2016 para 316.399 em 2017 e na EJA que caiu de 183.962 em 2016 para 175.752 em 2017. Se considerarmos a média de 40 estudantes por turma, conforme orienta a Instrução Normativa Nº 02/2017 que disciplina a lotação de pessoal das unidades escolares no Estado, esse decréscimo equivale aproximadamente ao fechamento de 307 turmas, distribuídas entre as mais de 522 escolas que foram fechadas no Estado do Pará no ano de 2016.

Tal decréscimo na dependência estadual de ensino tem ocorrido devido a implementação política degradantes de educação por parte da SEDUC/PA com desdobramentos inclusive no fechamento de escolas, incidindo fortemente no campo, como o "Projeto Mundial" desenvolvido em parceria com a Fundação Roberto Marinho com vistas a correção de fluxo escolar, cuja base de estudos é o Telecurso 2000. Esse projeto começou a ser implantado em 2014 e hoje atinge mais de 90% das Escolas da Rede Estadual de Educação, atendendo cerca de 20 mil alunos. Do total de escolas atendidas pelo projeto Mundial 63,08% estão no campo, os estudantes são matriculados a partir de 13 anos de idade, para cursarem o 6º e o 7º ano por um período de 24 meses e a partir dos 17 anos para cursarem, em 18 meses a primeira série do Ensino Médio. A metodologia consiste em de 15 minutos de vídeo-aulas de diferentes disciplinas, elaboradas pela Fundação Roberto Marinho, seguidos de atividades em sala de aula, mediada por um único professor.

O decréscimo é ainda fortemente ocasionado pela implantação do Serviço de Educação Interativa-SEI, que consiste em um modelo de escolarização que utiliza tecnologia de comunicação via satélite para levar aulas ao vivo, ministradas a partir de um estúdio, com sede em Belém-Capital. Os Projetos Mundial e SEI são exemplos de ações políticas que, apoiados por organismos empresariais e internacionais, visam cumprir a ordem hegemônica que na visão de Hage (2017),

[...] é tudo aquilo que não queremos como experiência pedagógica para o campo. Um ensino massificado, à distância, que não reconhece a

diversidade e que foca na melhoria da avaliação e dos índices educacionais, fortalecendo a parceria da SEDUC com os grupos privados: BID, Fundação Roberto Marinho, Unibanco, etc..

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia Paraense-GEPEUAZ, em 2017 apresentou um levantamento no qual das 3.242 escolas do campo, 66,6% ou 2.160 escolas estão paralisadas e 33,3% ou 1.082 escolas tiveram suas atividades encerradas nas comunidades rurais na Amazônia, calculados a partir do censo escolar dos anos de 2014, 2015 e 2016. Ressalta-se que o referido levantamento definiu os municípios paraenses que mais fecharam escolas no campo, são eles Oriximiná, Mocajuba, Igarapé-Miri, Melgaço, Pacajá, desses 05 municípios, Oriximiná tem 65 comunidades quilombolas, Mocajuba tem 24 comunidades e Igarapé-Miri 01 comunidade quilombola, sendo o município de Oriximiná o que mais implantou o Ensino Médio na configuração interativa em comunidades quilombolas, que no entendimento da Secretaria de Estado de Educação é a resposta positiva aos movimentos sociais que vem cobrando maior presença do Estado na promoção da educação quilombola com qualidade na Amazônia paraense, porém não é o entendimento dos sujeitos sociais que tem recorrido, as vias legais para garantir que o processo educativo seja mediado nas bases educacionais específicas, para os quilombolas, atendendo as determinação da Resolução nº08/2012. O que resultou em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado requerendo a nulidade do ato administrativo que implementou o Sistema de Educação Interativa-SEI, no Estado. A ação ainda tramita, porém o SEI está temporariamente impossibilitado de fazer sua expansão.

Existem 523 comunidades quilombolas no Estado do Pará e 207 escolas quilombolas na dependência administrativa municipal e 01 da dependência administrativa estadual, o que significa dizer que uma parcela significativa da população quilombola do Estado não acessa a educação ou para acessar precisa sair de suas comunidades, em nosso entendimento esta questão, relacionada à implantação dos dois projetos de ensino a distancia, configura-se como racismo institucional, à medida que o ordenamento específico que regem a EQ é desconsiderado, portanto, negado.

As DCEEQ foram estabelecidas em 2012, porém já havia um acúmulo de reivindicações por parte do movimento negro e quilombola na contemplação de uma educação voltada as especificidades das populações quilombolas e em 2014 a SEDUC/PA, responde negativamente às comunidades históricas, implementando os dois projetos anteriormente citado, que não atendem a perspectiva educativa dos sujeitos, não interagem com o lugar de produção do conhecimento, não se propõe a dialogar com os sujeitos e violam os direitos adquiridos no momento que turmas são gradativamente fechadas e escolas são extintas.

Dados do DEEP/INEP/MEC (2017), dizem que 24.212 estudantes são atendidos nas 207 escolas quilombolas municipais, sendo 598 na creche, 3.512 na Educação Infantil, 11.996 nos Anos Iniciais, 6.182, nos anos finais e 1.929 na EJA/Fundamental. Dados que conflitam com pesquisa realizada em lócus, com relação a matrícula na creche nos municípios de Abaetetuba, nº. matrícula na creche (75), Cametá nº. matrícula na creche (15), Mocajuba nº. matrícula na creche (26), Acará nº. matrícula na creche (81), Baião nº. matrícula na creche (25), Concordia nº. matrícula na creche (203) e Santa Izabel nº. matrícula na creche (59), estes apresentam um grande numero de matrícula na Creche, porém em nenhuma comunidade quilombola dos municípios citados existem creches. Há, no entanto uma categoria emergindo nas escolas quilombolas chamadas de "agregadinhos", que na fala de uma professora "são as crianças menores que acompanham os irmãos mais velhos e a gente dá um papel, uma massinha quando tem e eles vão ficando por ali".

Os dados acima refletem à forma como as secretarias de educação tem tratado a educação quilombola. Todas as 207 escolas quilombolas funcionam com turmas multisseriadas, tais escolas têm em média 02 salas de aula, das 207 escolas 13 possuem banheiros dentro da escola, 07 tem área de refeição, 80 tem cozinha, nenhuma tem mobiliário adequado para atendimento da creche/educação infantil.

Ainda podemos verificar uma tensão no decréscimo de matrículas nos anos finais 6.182 que refletem a falta de estabelecimentos de ensino e os longos deslocamentos de uma comunidade para outra, ocasionada pelo processo de para nuclear de escolas quilombolas, verificado em 75% dos municípios com comunidades quilombolas, em especial no município de Salvaterra-Arquipélago do Marajó, que nucleou todo o ensino fundamental, nos anos finais em quatro grandes escolas, para atendimento de 17 comunidades, mesmo tendo escolas nas 17 comunidades fazendo o atendimento da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental na forma de multisseriação e a partir do 6º, os estudantes se deslocam das suas comunidades para estudarem em escolas polo. Tais nucleações têm provocado inúmeros conflitos pois, segundo Carmo (2016),

A nucleação promoveu o fechamento 59% dos estabelecimentos de ensino no campo, deixando uma parcela de estudantes distantes de seus núcleos escolares [...] Embora tenha sido assegurado o transporte escolar, o serviço é realizado de maneira precária, expondo os estudantes a situação de vulnerabilidades. (CARMO, p.118,2016)

O que deveria atender uma demanda reprimida de escolarização tornou-se um fardo dado, as péssimas condições do transporte escolar no atendimento do contexto da Amazônia paraense, entre rios, estradas e floresta, como pode ser verificado nas falas dos quilombolas, participantes do Seminário Quilombolas do Pará: Terra, Territórios e Educação, promovido em 2016 pelo GEPEUAZ/ICED/UFPA.

Quadro 05 – Transporte Escolar Precarizado

"o jeito que nós tem é tirar madeira no mato e construir uma escola pros nosso filhos, porque teu filho sai de casa pra estudar e tu não sabe que horas ele vai voltar porque, não é uma, nem duas vez que esse escolar quebra/Tem vez de estudar só um dia na semana porque o escolar tá quebrado" (ZEQUINHA–QUILOMBOLA DE CAMPO VERDE/CONCORDIA DO PARÁ, 2016)

"Daqui da comunidade a travessia é por nossa conta mesmo, quem tem barco atravessa e quem não tem, fica dependendo da caridade dos outros, porque o escolar só pega do outro lado do rio[...] e ainda é aquele ônibus velho(BETE –QUILOMBOLA DE MANGUEIRAS/SALVATERRA (2016)

"o que é mais difícil e tu passa o dia todo na roça, a noite tu vai pra escola, que tu pensa que vai chegar em casa cedo pra descansar pra trabalhar no outro dia cedo, o escolar quebra e tu fica na estrada/o pessoal já sabe quando nos demora pra chagar, pode contar que o escolar tá quebrado. (CONCEIÇÃO –QUILOMBOLA ITACURUÇA/ABAETETUBA, 2016)

Fonte: Seminário Educação Quilombola-GEPEUAZ/ICED/UFPA. Elaboração do Quadro feita por Machado (2018).

A questão da nucleação também trás a cena outra problemática que envolve a não valorização das identidades específicas de cada território quilombola, quando submetidos ao processo de nucleação escolar, ocorre a unificação dos quilombolas não atentando para o que seja o projeto político da identidade coletiva dos sujeitos, isto porque, "essa identidade é cada vez mais moldada pelo mercado, modificada pelas indústrias culturais, além de ser gerenciada e orquestrada por instituições e cenários localizados, como escolas, vizinhanças e locais de trabalho"(GILROY, p.133, 2007). Neste sentido, os quilombolas reagem e continuam a exigir do Estado seus direitos, "se nós temos a nossa terra, nos temos o direito de ter a nossa escola, a escola da nossa gente, no lugar da gente, no lugar das nossas crianças" (PÉROLA-Quilombola de Itacuruça/Abaetetuba), numa clara demonstração do que seja o processo educativo dos quilombolas, a educação da terra, terra como cultura, pois foi por meio dessa que se consolidou a luta histórica de manutenção da matriz africana como território étnico.

Outro agravante para EQ, diz respeito a não universalização do Ensino Médio nas comunidades quilombolas, das 208 escolas identificadas no censo/2017 como quilombolas, somente 01 está na dependência administrativa do Estado, questão extremamente debatida entre os movimentos sociais uma vez que a rede estadual de educação vem diminuindo a oferta do Ensino Fundamental devido ao avanço do processo de municipalização

da educação, dos 144 municípios paraenses, 96 estão totalmente municipalizados até os anos finais do Ensino Fundamental, 09 aderiram parcialmente à municipalização, até os anos iniciais do Ensino Fundamental e 39 não aderiu a nenhuma forma de municipalização da educação. A lógica adotada pela SEDUC/PA é desobrigar-se com a oferta nos níveis municipalizados e ampliar a oferta no Ensino Médio, porém o que se verifica é um decréscimo de matrícula dessa etapa na ordem de 1,56% entre 2016-2017.

O referido contexto apresenta agravamentos quando se trata da questão quilombola, pois no Estado do Pará existe uma única escola quilombola na dependência administrativa estadual informada no censo/2017, esta localizada no município de Abaetetuba, atende o Ensino Fundamental do 6º ao 9º e o Ensino Médio, com 194 estudantes matriculados neste segundo segmento. Este é o número oficial de matrícula quilombola no Ensino Médio, entretanto há um número maior de estudantes quilombolas cursando tal etapa de ensino, porém totalmente invisibilizado no sistema pelo fato de serem atendidos por um projeto de escolarização para as comunidades do campo denominado de SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino, que funciona em 4 módulos de 50 dias e equivalem a 01 ano letivo, para dar conta dos 200 dias letivos, mínimos estabelecidos pela legislação.

Os estudantes participantes deste projeto são matriculados como alunos regulares numa escola sede, porém atendidos em espaços internos das comunidades, como salão paroquial, barracão das associações ou em salas de aula das escolas do município localizadas, quando há disponibilidade. O estudante do quilombo não existe para oficialidade e assim todas as políticas educativas voltadas a esse povo deixam de ser acessadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização do presente artigo aponta para preocupação com a modalidade de ensino voltada à educação nas comunidades quilombolas, a qual na região norte, tem no estado do Pará a maior matrícula na referida modalidade nos anos de 2016/17, mas que ainda assim, vem apresentando decréscimo, mostrando a baixa qualidade a qual é dedicada a esse ensino.

Tal situação reflete a situação de grande parte das escolas do campo que sofrem com seu fechamento arbitrário que tem causado reordenamento da rede e obrigado não só quilombolas, mas todas as comunidades do campo a se adaptarem a uma escola mais precária ainda, considerando que uma característica da educação do campo, é a precarização impostas pelos sistemas de ensino que promovem educação de pouca qualidade às comunidades do campo e quilombolas.

Outro destaque que fazemos é em relação ao sentimento dos sujeitos quilombolas em relação a EQ, cuja a ausência de materialidade efetiva dos recursos é sentida por todos as pessoas investigadas ao revelarem suas angústias quanto as condições efetivas para que a EQ seja de qualidade, como transporte escolar, pontes, barcos, e tantos outros equipamentos sociais que deveriam estar a disposição da comunidade e não se fazem presentes.

Por fim, fica o nosso sentimento de que a mobilização em prol da qualidade tem que ser intensificada, já que o agravamento do direito a educação é real nas comunidades quilombolas e do campo na Amazônia paraense. Observa-se a necessidade de aproximação entre a o movimento social negro e as universidades, uma vez que em larga medida, fora os dados oficiais do MEC/INEP, os demais dados foram coletados junto ao movimento social, mostrando que à medida que tais movimentos mobilizam a sociedade, estão diagnosticando a realidade e essas informações precisam ser sistematizadas para potencializar a luta quilombola.

REFERÊNCIAS

BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória do negro no Pará**: aspectos relevantes. Belém: Ufpa, 2013

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº8**: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: Mec, 2012.

CARMO, Eraldo Souza do. **A nucleação das escolas do campo no município de Curalinho – Arquipélago do Marajó: Limites, contradições e possibilidades na garantia do direito à educação**. 2016. 118 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <<http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/TESEERALDO.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce de. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA. **Revista de Pesquisas em Políticas Públicas**, Brasília, v. 03, p.12-23, ago. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11775/8282>>. Acesso em: 15 jun. 2018

HAGE, Salomão Mufarrej. **Informes do aplicativo Whatsapp GEPERUAZ**. Dezembro, 2017. Disponível em <https://web.whatsapp.com>. Acesso em 22 maio 2018.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Levantamento sobre o fechamento de escolas do campo na Amazônia paraense**. Belém/Pa: GEPERUAZ/ FEPEC, 2017.

GILROY, Paul. **Entre Campos**: nações, cultura e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção agenda Brasileira).

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Jucilene Belo de. **Territórios e ação afirmativa para remanescentes de quilombos na Amazônia**: Programa Raízes e Pará quilombola nas comunidades de Itacoã-Miri e Guajará-Miri. Universidade Federal do Pará: dissertação de mestrado, 2013. 116p. disponível em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8216/1/pdf>. Acesso em 21 maio 2018.

[1] Projeto Biblioteca Itinerante que consta de uma caixa com 200 livros, didáticos, paradidáticos, literatura em geral e livros temáticos, objetivando o estímulo a leitura e apoio às atividades pedagógicas, na escola e na comunidade em geral, das escolas indígenas, de comunidade remanescente de quilombos e educação do campo, estabelecendo um roteiro de itinerância em cada comunidade implantada